

ATIVIDADE PROFISSIONAL DE MUSICOTERAPEUTA

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 6.379, de 2019

4 dispositivos vetados

Autoria da matéria vetada:

- Deputada Marília Arraes (PT-PE).

Relatoria na Câmara:

- Deputada Rejane Dias (PT-PI): Parecer proferido na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF);
- Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ): Parecer proferido na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); e
- Deputado Marreca Filho (PATRIOTA-MA): Parecer proferido na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Relatoria no Senado:

- Senador Eduardo Gomes (PL-TO): Parecer proferido na Comissão de Educação e Cultura (CE); e
- Senador Flávio Arns (PSB-PR): Parecer proferido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ementa do projeto de lei vetado:

Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta.

Síntese do Veto:

O veto incide sobre dispositivos que tratam de atividades privativas do musicoterapeuta e da obrigação de os musicoterapeutas cumprirem deveres previstos em um código de ética profissional, orientação e disciplina.

Estudo do Veto nº 7/2024

	ITEM 07.24.001
DISPOSITIVO VETADO	Inciso I do "caput" do art. 4º: <i>realizar avaliações musicoterapêuticas iniciais e de processo;</i>
ASSUNTO	Atividade privativa do musicoterapeuta.
EXPLICAÇÃO DO ITEM	No texto inicial do projeto, o dispositivo já constava com a mesma redação que foi vetada. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sem emendas nesse ponto.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“A previsão de que certas atividades, que não são dotadas de potencialidade lesiva, nem oferecem riscos sociais, seriam privativas de musicoterapeutas se revelaria como inadequada e desproporcional e, em consequência, limitaria ou restringiria, demasiadamente, a liberdade de exercício do trabalho, ofício ou profissão. Justifica-se, portanto, o veto ao dispositivo legal, por inconstitucionalidade, em razão da violação ao inciso XIII do artigo 5º da Constituição.” Ouvido o Ministério da Saúde.

Estudo do Veto nº 7/2024

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 07.24.002
	Inciso II do "caput" do art. 4º: <i>estabelecer plano de tratamento musicoterapêutico;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 7/2024

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 07.24.003
	Inciso III do "caput" do art. 4º: <i>aplicar técnicas e métodos musicoterapêuticos.</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 7/2024

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 07.24.004
	<p>Parágrafo único do art. 6º:</p> <p><i>O musicoterapeuta obriga-se a cumprir os deveres previstos no Código Nacional de Ética, Orientação e Disciplina do Musicoterapeuta.</i></p>
ASSUNTO	Obrigações de os musicoterapeutas cumprirem deveres previstos em um código de ética profissional, orientação e disciplina.
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“Somente uma pessoa jurídica de direito público, dotada de poder de polícia, poderia editar um código de ética profissional, orientação e disciplina, de observância obrigatória pelos musicoterapeutas. Atualmente, os musicoterapeutas observam os preceitos ditados por uma associação civil, no âmbito da qual inexistem tais competências sancionatórias. A imposição de dever de obediência dos musicoterapeutas a um código de ética profissional editado por uma pessoa jurídica de direito privado poderia ameaçar a liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão, de modo a estar justificado este veto, por inconstitucionalidade, em razão da violação ao inciso XIII do artigo 5º da Constituição.”</p> <p>Ouvidos o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Saúde.</p>